 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 065. Trajetórias de acadêmicos indígenas, negros e quilombolas: impactos presentes e perspectivas de futuro

Ugo Maia Andrade (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Osmundo Santos de Araújo Pinho (Universidade Federal do Reconcavo da Bahia) - Coordenador/a, Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA) - Debatedor/a, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Programa Pós-Graduação Estudos Étnicos e Africanos; Programa Pós-Grdauação em Ciências Sociais) - Debatedor/a O acesso ? universidade suscitou novas perspectivas para segmentos socialmente minorit?rios, a exemplo de ind?genas e quilombolas, e mesmo negros (pretos e pardos) urbanos, cujos indiv?duos ascenderam ao ensino superior como realiza??o pessoal e/ou estrat?gia coletiva. Todavia, se ainda persistem in?meros obst?culos ? sua perman?ncia na academia, percursos acad?micos de ?ndios, negros e quilombolas t?m sido constru?dos na contram?o das adversidades. Pretende-se reunir, neste GT, comunica?es atentas aos efeitos dessas trajet?rias sobre coletivos ind?genas, negros e quilombolas, buscando-se responder a quatro quest?es b?sicas: [1] at? que ponto o acesso ? universidade p?blica tem auxiliado na consolida??o/forma??o de uma autonomia e protagonismo ind?gena, negro e quilombola em um cen?rio de deteriora??o gradual de direitos? [2] Em que sentido a produ??o acad?mica e pol?tica desses atores sociais tem feito diferen?a em rela??o ao que, antes, j? se produzia? [3] Quais os novos olhares e perspectivas trazidos por estes novos intelectuais ind?genas/quilombolas/negr@s? [4] Que repercuss?es t?m sido produzidas, nos coletivos de origem, pela ascens?o de ind?genas e quilombolas/negr@s ao ensino superior em n?veis de gradua??o e p?s-gradua??o?

Discutindo Trajetórias: Etnicidade, Classe e Cotas na UEPB

Autoria: Melânia Nóbrega Pereira de Farias

Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2006, através da Resolução UEPB/CONSEPE/06/2006, foi definida uma política de reserva de vagas para o Concurso Vestibular da Instituição. Sendo assim, a partir do ano de 2007 na UEPB, a partir da Resolução supracitada, cinqüenta por cento (50%) do total de vagas de cada curso de graduação passou a ser destinado a candidatos aprovados no Vestibular da Instituição que tivessem cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas do Estado da Paraíba. Vale ressaltar que a implantação desta política se deu de modo gradativo, pois a reserva de vagas definidas na Resolução 06/2006 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEPB foi implementada na ordem de dez por cento (10%) a cada ano a partir de 2007, de modo que atualmente esta política já foi integralizada em termos de reserva de vagas. Ao contrário da UERJ, que destinou um percentual de vagas específico para negros, a UEPB estabeleceu apenas um percentual para aqueles considerados ?carentes?. Cumpre destacar que, de acordo com inúmeras pesquisas realizadas no Brasil, os negros estão alocados, em sua grande maioria, nas classes sociais mais baixas (FERNANDES, 1978; HASENBALG, 1979; MOURA, 1988; AZEVEDO, 1996; PINTO, 1998; TEIXEIRA, 2003; D?ADESKY, 2001). Propõe-se aqui, portanto, um estudo sobre a questão da inclusão de alunos(as) negros(as) no Campus VI da UEPB através da Política de Cotas Sociais da Instituição e suas trajetórias. O que se pretende compreender é, em última instância, como estes alunos(as) se vêem enquanto negro(s) e ?cotistas?, quais os caminhos percorridos por estes(as) até chegar à UEPB e ainda perceber suas trajetórias no âmbito desta Instituição. O fato é que, segundo Teixeira (2003), nenhum autor questiona a relação entre raça ou etnicidade e as desigualdades sociais. Os estudos e pesquisas sobre a situação do

 ISBN: 978-85-87942-61-6

negro na sociedade brasileira têm revelado ser a educação tradicionalmente um dos principais instrumentos capazes de promover a ascensão social e econômica do negro na busca de uma maior igualdade com os brancos (FERNANDES, 1978; PINTO, 1998; TEIXEIRA, 2003). Nestes termos, esta pesquisa, que se delineia de modo analítico-descritivo e qualitativo, mediante realização de pesquisa bibliográfico-documental, da aplicação de questionários e da realização de entrevistas, pretende dar visibilidade àqueles que não aparecem nos gráficos estatísticos, sem contudo, limitar-se a ?individualizar? algumas escolhas e trajetórias, procurando nelas seu sentido mais sociológico, ou seja, as bases sociais capazes de permitir a outros indivíduos escolhas e trajetórias semelhantes; e, ainda, sem abrir mão das análises mais amplas e abrangentes.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**